



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DANIELA PERIN

VANESSA ZUCCHI

**O CARÁTER PÚBLICO NA CORDA BAMBA: UM ESTUDO DE CASO EM REDE
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

CHAPECÓ

2016

DANIELA PERIN

VANESSA ZUCCHI

**O CARÁTER PÚBLICO NA CORDA BAMBA: UM ESTUDO DE CASO EM REDE
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Dr. Oto João Petry

CHAPECÓ

2016

DANIELA PERIN

VANESSA ZUCCHI

**O CARÁTER PÚBLICO NA CORDA BAMBA: UM ESTUDO DE CASO EM REDE
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Dr. Oto João Petry

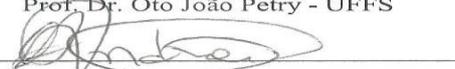
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

16/06/2016

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Oto João Petry - UFFS



Prof.ª Dra. Adriana Maria Andreis - UFFS



Prof.ª Dra. Camila Caracelli Scherma - UFFS



Acad. Me. Chaiane Bukowski - UFFS

O CARÁTER PÚBLICO NA CORDA BAMBÁ: UM ESTUDO DE CASO EM REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Daniela Perin*

Vanessa Zucchi**

Oto João Petry***

Resumo

A elaboração deste artigo tem como objeto de estudo o espaço público em sistema municipal de educação, com a finalidade de analisar as implicações que decorrem para a gestão do currículo neste sistema a adoção de apostilado como conteúdo a ser ensinado e aprendido. A nossa tarefa de pesquisa pauta-se em um estudo de caso com emprego da análise de conteúdo. Serão objeto de análise documentos que integram e orientam a gestão e o currículo de um sistema municipal de educação. No texto discute-se a questão do caráter público e privado, e como estes se apresentam nos marcos legais que conformam um sistema municipal de educação, bem como os desdobramentos para a gestão do currículo a adoção de um apostilado como referência curricular. Ainda que provisoriamente, é possível afirmar que o espaço público está sujeito a tipos de apropriação por parte de empreendimentos de caráter privado, no caso em análise, consta-se a introdução e adoção pelo sistema municipal de um apostilado, política que repercutirá na almejada qualidade social emancipadora anunciada na proposta político-pedagógica do sistema municipal de educação.

Palavras-Chaves: Política educacional. Sistema. Currículo. Público. Privado.

1. INTRODUÇÃO

Propomo-nos, neste estudo, identificar quais são as implicações que decorrem para a gestão do currículo em sistema municipal a adoção de apostilado como conteúdo a ser ensinado e aprendido. Inicialmente, aborda-se a questão do espaço público no contexto da educação. Na sequência, far-se-á a caracterização do sistema municipal de educação do município de Xavantina. Passo seguinte, faz-se análise da gestão do currículo e seus desdobramentos numa rede municipal de educação.

* Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS *campus* Chapecó. E-mail: danny_p01@hotmail.com

** Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS *campus* Chapecó. E-mail: vanessa-zucchi@bol.com.br

*** Pós- Doutor em Educação, Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó. Líder do grupo de pesquisa em Gestão e Inovação Educacional, professor do curso de Pedagogia. Coordenador e professor do Programa de Mestrado em Educação da UFFS. E-mail: oto.petry@uffs.edu.br

Como suporte para essa produção, utilizou-se Gadotti (2013), Gentili (1998 e 2010), Grundy (1987), Leite (2001), Libâneo (2012), Sacristán (2000) e Saviani (1987 e 2008) que abarcam estudos relacionados às políticas educacionais, curriculares e de gestão e organização da educação, bem como à qualidade social e emancipadora da educação. Essas são teorias importantes para a compreensão da problemática do estudo em tela.

A pesquisa tem como metodologia um estudo de caso, nela foi empregada à análise de conteúdo. Para Minayo (2001, p. 74), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. O método consistiu-se em sistematizar e objetivar os procedimentos na descrição do conteúdo a ser submetido à análise. Os materiais analisados foram disponibilizados pela Secretaria de Educação do município pesquisado.

Para analisar o material disponibilizado pelo município, buscamos nos aprofundar nas leituras que discutem sobre o currículo da escola pública e a interferência do privado nesse espaço. Como também usamos a proposta que a Secretaria Municipal de Educação implantou para a equipe educacional, que está voltada para linha de materiais pedagógicos de acordo com a idade do aluno e conforme a etapa de seu desenvolvimento.

O texto está organizado em três sessões, divididas da seguinte forma: sistema de educação e modo como está organizado no município; a configuração do currículo dentro do sistema de educação, e, por fim, o conhecimento que emerge dos conteúdos e materiais do apostilado.

2. SISTEMA DE EDUCAÇÃO

No Brasil se tem, há muitos anos, desde o Brasil República, tentado criar um sistema educacional a partir de políticas públicas, de infraestrutura, de legislação, porém os resultados nem sempre são aqueles almejados, talvez porque esse sistema¹ esteja longe de ser alcançado

Nesta direção, Saviani (1987) destaca que, para que exista um sistema educacional, é preciso haver três condições: conhecimento da realidade e das dificuldades de cada região, realidade da estrutura e dos recursos disponíveis e conhecimento teórico sobre educação. Neste sentido, é possível dizer que o sistema educacional é influenciado pelo setor econômico, principalmente em um Estado Neoliberal.

¹ Quando nos referimos à palavra sistema, estamos falando de ideias, conjunto, unidade, recursos, ou seja, tudo aquilo que se une em torno de uma intenção e que faz existir uma relação entre esses elementos, em um modelo de sistema.

Vale destacar as tecnologias que se têm hoje no Brasil, a que gestores, professores, educandos e as famílias têm acesso. De outro lado, tem-se que a formação do professor é um fator importante ligado ao sistema. Também analisar o que o Brasil tem produzido em termos educacionais, o que se desenvolveu do ponto de vista teórico, do currículo, da legislação e das diretrizes é significativo para a construção de um sistema. Quando essas condições que foram citadas são integradas, então podemos falar na criação de um sistema educacional. Todavia, quando se fala em níveis e modalidades de inclusão, para Saviani (2008) isso tudo que o Brasil construiu até hoje representa uma estrutura educacional, uma vez que esta estrutura é composta principalmente por leis que criam programas, normas, procedimentos e currículos, por exemplo. Na Lei nº1.153/2010 (p. 19), do município de Xavantina, SC, está prevista a configuração do sistema municipal de educação, qual seja:

Art.7º. O Sistema Municipal de Ensino compreende:

- I. As instituições de educação escolar, de todos os níveis e modalidades do ensino fundamental e da educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II. As instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III. Secretaria Municipal de Educação;
- IV. Conselho Municipal de Educação.

Os marcos legais determinam o currículo no município. Sendo assim, o município, em suas Resoluções, no Plano Municipal, na Proposta Político Pedagógico, se identifica com a construção do currículo que deve estar comprometido com a aprendizagem dos alunos, mas, sobretudo, voltado para a construção de um cidadão crítico, autônomo e criativo, atuante na sociedade onde vive.

Em síntese, podemos dizer que a universalização da escola pública deve oferecer ensino para todos e com a mesma qualidade. Uma educação de qualidade não exprime só um caráter para o aluno ser bem sucedido na vida ou de ter bens materiais, mas alarga o pensamento, a possibilidade de uma pessoa ler algo e entender criticamente o que está sendo lido, de participar da política de maneira justa, que a educação tenha por objetivo desenvolver o gosto dos educandos por assuntos públicos, que envolvam todos, o coletivo de um modo geral, sendo que não priorize apenas o bem estar particular de cada indivíduo.

Gadotti (2013) frisa que uma educação de qualidade seria aquela que dá início, desde a educação infantil e permanece por todo percurso da vivência de um indivíduo, para que colabore na construção de sujeitos com autonomia, tendo a capacidade de refletir. Sendo que isso só será possível se o professor assumir uma postura que segue uma linha de proposta que esteja primeiramente pensando no perfil de seus alunos e partindo do seu contexto.

Temos presenciado atualmente nas redes de educação o uso exclusivo de livros didáticos e apostilas, pois são casos que se refletem no meio escolar. As apostilas servem para os sujeitos reproduzirem o saber que está pronto e muitas vezes sem questionar o que foi proposto. Desta forma, Gadotti nos diz:

Aprender é pesquisar, produzir. Só existe professor se o aluno aprende e não há aluno que aprende se o professor não aprende não pesquisa. O professor aprende trabalhando e refletindo sobre o seu trabalho. No instrucionismo o docente não pensa: reproduz o que está escrito no livro texto, no manual, não escolhe, não tem autonomia. Por isso, ele precisa de outra formação, não instrucionista. (2013, p. 12.)

Percebemos que o educador não tem autonomia, tira-se a sua essência, a capacidade de aprender e de ensinar se tornando assim um mero facilitador da aprendizagem. Acima de tudo o professor precisa ser problematizador, e é esse padrão de educação que precisamos buscar. O ato educacional se torna uma máquina reprodutiva somente da eficiência do mercado, não se relacionando com o papel específico do próprio educador.

Notamos que o sistema educacional brasileiro ainda não conseguiu se estruturar, e acaba falhando por buscar conceitos implantados em outros lugares, que não possuem nenhuma semelhança com o contexto de cada comunidade a partir da realidade social vivida. Com isso, o sistema se torna frágil, pois não consegue dar conta dos requisitos básicos para área da educação, resultando assim, em um órgão que delimita função para outro e nenhum assume sua responsabilidade, delegando-se para o município a tarefa de selecionar os materiais didáticos utilizados nas instituições públicas.

3. CURRÍCULO EM SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nesta sessão, buscamos tecer algumas reflexões e aproximações ao conceito de currículo, bem como sua importância para a educação e seu processo histórico. O currículo se tornou campo de conhecimento no início do século XX, quando se deslocou do restante, da avaliação, do planejamento, e passou a compor um campo importante de estudo na área da Pedagogia.

Assim, as origens do campo do currículo no Brasil surgem em 1920 e 1930; este campo do conhecimento tomou forma e a disciplina currículo e programas foi introduzida nas faculdades de Educação (1960 e 1970), porém a eclosão de veementes debates sobre currículo e conhecimento escolar, assim como tentativas de reconceituação de campo, se deram em 1979 e 1987. A partir daí, vários estudos e autores desenvolveram suas teorias. Os Estados

Unidos tiveram grande influência para a construção de teorias sobre o currículo brasileiro, como destaca a autora Schmidt:

Nas primeiras décadas dos anos noventa, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais e o PABAE – Programa de Assistência Brasileira – Americana de Educação Elementar, se destacam com inúmeras ações de grande importância: promovem cursos, experiências e pesquisas, o INEP organiza classes e escolas experimentais (mais tarde extintas com o golpe de 64) e são considerados os melhores vínculos de divulgação na área, formando os primeiros especialistas em currículo. (2003, p.64).

Por sua vez, o currículo pode ser entendido, de uma maneira geral, como a identidade de um determinado local, pois este é um caminho que favorece o envolvimento do educando, partindo do seu contexto, e que conduz a um intenso sentido de condições que vai além dos conteúdos ministrados em sala de aula, conforme salienta Sacristán:

Conceber o currículo como uma práxis significa que muitos tipos de ações intervêm em sua configuração, que o processo que ocorre dentro de certas condições concretas que se configura dentro de um mundo de interações culturais e sociais, que é um universo construído não natural, que essa construção não é independente de quem tem o poder para construí-la. (2000, p. 21).

Esta abordagem nos leva a uma profunda reflexão, referente à forma como está configurado em nossa volta o currículo. No entanto, o currículo é compreendido como uma ferramenta de transformação da pessoa onde ela está inserida, e não como algo que se constitui no formato de afastar-se.

De acordo com os destaques de Grundy, uma aproximação ao conceito de currículo, já que o mesmo não pode ser dissociado da escola e do âmbito educacional, reafirmando o seu poder pedagógico: “o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas” (1987, p. 5).

Neste sentido, o currículo que está na escola é suscetível à influência de fatores explícitos e implícitos na sala de aula, decorrentes das propostas dos professores, da sua formação cultural, sua forma de planejar, das informações que circulam, dos materiais e conteúdos utilizados. Todos esses fatores interferem na construção do currículo. Então, por ser uma construção cultural, visa uma porta de entrada de materiais mercadológicos.

Através de estudos e análises de documentos, percebemos que o currículo do município está organizado seguindo uma ordem hierárquica, constituindo princípios e conceitos que começam na Constituição Federal de 1988, na LDB e no Plano Nacional de Educação, nas Diretrizes Curriculares, no Plano Estadual e, por seguinte, no Plano Municipal.

Estes indicam para uma proposta formativa que busca formar um aluno participativo, consciente, juntamente com qualidade para todos.

Como descrito na Proposta Político Pedagógico do município (p. 17): “a escola atuará, em sua finalidade humanística, promovendo o desenvolvimento integral da pessoa, oportunizando a todos a participação nos projetos, eventos, oficinas.”

Primeiro passo a se dar é reconhecer que a escola é um espaço de multiplicidade, de diferenças e diversidade. É um desafio muito grande aos gestores e professores quando se colocam em xeque as possibilidades que o aluno tem de mostrar suas potencialidades. Esse reconhecimento só será possível na sala de aula, quando o educador entra em contato com a realidade de seus alunos.

A partir dessa perspectiva, a Proposta Político Pedagógico estabelece:

À escola cabe desafiar os alunos a conhecerem este mundo na sua diversidade e complexidade, o que implica organizar um currículo atento às diferentes manifestações culturais, religiosas, políticas não absolutamente uma verdade, mas estudando a humanidade pelo princípio que torna bela e interessante: a diferença, o pluralismo, o diverso, o múltiplo expressos no trabalho humano, na arte, na música, na expressão cultural, nas ideias e nos princípios. (XAVANTINA, 2010, p. 20).

O município de Xavantina define que o currículo é a peça fundamental no desenvolvimento integral dos sujeitos ativos na sociedade, assim destacando no Projeto Político Pedagógico:

O educando é sujeito do seu processo de desenvolvimento é um ser pensante, afetivo, tem sentimentos, emoções, cultura e uma realidade social. A cada dia amplia sua visão de mundo nas interações que estabelece com o mesmo, sendo capaz de transformá-la, concepção de ser humano em desenvolvimento. Dependendo da organização das ações pedagógicas a escola pode falsear este desenvolvimento, impedi-lo, conviver com ele ou, deliberadamente promovê-lo. (XAVANTINA, 2010, p. 21).

Com essa proposta, o município tem a intenção de integrar a diversidade cultural na construção de um currículo que é intercultural. Já que a escola não pode ser organizada a partir de um único modelo, deve selecionar conteúdos que incluam a diversidade sociocultural da população escolar. Existem inúmeras críticas aos modelos escolares que privilegiam os herdeiros de uma cultura e excluem as demais.

É importante pensarmos em que condições os conhecimentos são distribuídos, o que está sendo privilegiado, o que é dispensado e qual é a metodologia adotada pela escola. Hoje, temos uma legislação cujo princípio é o direito à diferença e a igualdade de oportunidades, todavia, as práticas merecem atenção no que diz respeito aos processos de produção e valorização cultural.

O currículo não pode ser negligenciado nos processos de educação que têm por

propósito levar em consideração as características culturais dos alunos a quem se destina, “não podemos ser ingênuos a ponto de pensarmos que o coletivo dos agentes educativos e da administração da educação concebe a organização curricular e desenvolve o currículo segundo processos igualitários.” (LEITE, 2001, p. 54).

Tornando-se assim necessário que os educadores, gestores e organizadores da educação assumam uma atitude interveniente e que isso se reflita na escola, encaminhando-se desta forma em direção à construção e configuração de seu próprio currículo, não dependendo de fatores externos.

Já que o currículo é de suma importância para a escola e para os atores que ali existem, é necessário fazer um estudo sobre como se configura o sistema municipal e quais são as implicações por se adotar o apostilado nas escolas públicas, já que o mesmo é de caráter privado.

4. TENSIONAMENTOS CURRICULARES

Propõe-se, aqui, discutir como o currículo de caráter público está sendo ocupado e desenhado dando-lhe uma conformação privada. Assim, resultam os conhecimentos dos conteúdos e materiais do apostilado, marcada pela conformação deste. Neste sentido, afirma-se que o público está em processo de reconfiguração. Um espaço originalmente público, deixa de sê-lo em forma e conteúdo, razão pela qual está na corda bamba. O apostilado no interior do currículo em espaço público é a forma e ideário privado, mercadológico e performativo em conformação com repercussões no tipo de qualidade dos processos de construção de conhecimento.

No Brasil, hoje, existem modelos de privatização e modos de legar funções públicas às organizações privadas, assim como descreve Gentili:

Um dos mecanismos mais frequentes de delegação é a venda de ativos das empresas estatais. Contudo, existem outras formas de delegação menos evidentes e derivadas da particular combinação de duas dimensões que diferenciam o público do privado em todos os tipos de atividade: *fornecimento e financiamento*. Isto é: *quem oferece e quem financia as atividades em questão*. (1998, p. 74).

Portanto, o público vai perdendo seu sentido e as instâncias particulares vão tomando os espaços que deveriam ser ocupados, principalmente, organizados e protegidos em seu caráter pela gestão pública.

Para Gentili, o Brasil possui modalidades de privatizações no campo educacional, como salienta:

A modalidade mais visível (e denunciada) de privatização educacional vincula-se à delegação de responsabilidade do financiamento estatal para entidades privadas. O Estado vai reduzindo sua participação como agente central na alocação dos recursos destinados ao financiamento dos serviços educacionais, transferindo essa responsabilidade aos próprios indivíduos, às famílias ou às empresas. (1998, p. 77).

Além desse tipo de privatização, ainda, tem-se o currículo privatizado, que ameaça a essência pública, quando se introduz na escola produtos e serviços do gênero mercadológico, como o uso de apostilas e materiais provenientes de entidades privadas. Atualmente, muitos mecanismos disputam a escola e o mercado idealiza uma criança, desde os primeiros anos de vida, para seguir um caminho consumista.

O espaço público precisa ser inclusivo, onde se viabilize uma educação emancipatória, porém o apostilado não vai nessa direção. A escola até reconhece a existência da diversidade cultural, mas dissemina um discurso de igualdade e da eliminação da discriminação, passando a ideia aos educandos pertencentes aos grupos minoritários de que eles possuem algum problema.

Esses educandos acabam assumindo a responsabilidade do sucesso ou do fracasso escolar, e não o sistema ou o currículo mantido na escola. Emancipação é mais difícil de ser construída em espaços privados, pois tudo parece conformar o indivíduo a viver na sociedade e não proporciona elementos para o aluno pensar e se desprender de formas culturais dominantes.

Com base no apontamento de Gentili (2010), esse fator está bem evidente através dos apostilados que são adotados dentro das redes públicas. A adoção de material didático-pedagógico tipo apostilado por um sistema municipal de educação é indicativo importante de como um espaço público é transformado em lugar da livre circulação dos ideários mercadológicos.

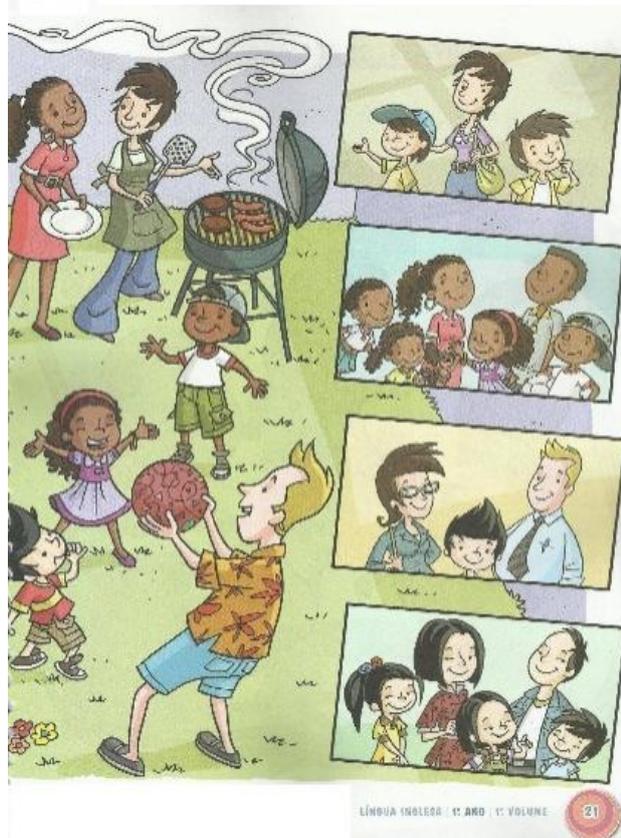
Não se trata somente de uma questão de adotar e perfilar o currículo aos desígnios do mercado. Efetivamente, tem-se a perda da concepção e desenvolvimento de uma proposta social emancipadora de educação, considerando que o tipo apostilado se apresenta por inteiro. Tudo já foi nos seus pormenores pensado e elaborado. O professor, de certa forma, é visto como transmissor e condutor de receituários em forma de conceito e conteúdo.

Vale enfatizar que o apostilado foi adotado por inteiro, desde os livros até a formação dos professores, bem como portais de acesso, tanto para professores como alunos. Na situação

em tela, toma-se para análise um dos livros didáticos do ensino fundamental do 1º ano (1º volume). É um exemplar que está organizado da seguinte forma: a capa com fotos dos alunos da instituição de ensino e alguns certificados que a gráfica em questão conquistou, dados dos alunos, tabela com os horários das aulas, o site para acessar o portal como ferramenta de estudo, o sumário, que apresenta os eixos integradores que serão trabalhados de acordo com a disciplina.

As páginas que contemplam os conteúdos estão presentes de forma fragmentada, um exemplo que a apostila explora é o modelo de família como referência à classe mais elitizada, bem vestidos, com uma boa aparência, sempre esplandecendo um rosto feliz, além de transparecer a forte ligação entre eles como perfil de pessoas perfeitas sempre unidas, mostrando grandes valores de uma família que atualmente acaba não sendo a realidade da sociedade (pai, mãe e filhos).

Figura 1- Família



Fonte: CORDI 2012, p. 21.

Outro elemento presente são os personagens da turma da Mônica, por ser um conteúdo mais direcionado para crianças e por estar há anos presentes nas literaturas infantis, em

especial a história em quadrinho; porém, faz parte de um conjunto de produtos em que estão estampados estes personagens, que, de certa forma, acabam sugestionando as crianças para o consumo.

Embora tenhamos aqui uma estratégia para o aluno ter mais interesse em acompanhar as leituras e todas as etapas das atividades, lançando mão de personagens que todos conhecem e que admiram, ainda que de forma subliminar, introduzem formas embrionárias de consumo, além de valores e um determinado modo de ver o mundo. Todavia esses personagens tem relação com outros, como por exemplo, os filmes da Disney, as músicas da Xuxa e entre outros signos da cultura de massa que entram na escola sem resistência.

Figura 2, 3- Turma da Mônica

3. PROCURE, NO CAÇA-PALAVRAS, O NOME DOS PERSONAGENS QUE APARECEM NA TIRINHA:

S	Q	F	R	P	T	G	D	P	F	S	J	U	J	D
M	O	N	I	C	A	V	X	U	R	D	P	T	Q	G
J	T	G	D	U	S	J	P	F	Q	G	S	F	R	D
D	R	Q	F	P	D	C	E	B	O	L	I	N	H	A

4. ESCREVA OS NOMES QUE VOCÊ ENCONTROU:



5. ESCREVA, ABAIXO DAS RESPECTIVAS FIGURAS, PALAVRAS FORMADAS COM AS LETRAS QUE COMPÕEM O NOME **CEBOLINHA**:



6. COM O ALFABETO MÓVEL DO MATERIAL DE APOIO, FORME MAIS DUAS PALAVRAS USANDO AS LETRAS DO NOME **CEBOLINHA**. DEPOIS, COLE, EM SEU CADERNO, AS PALAVRAS QUE VOCÊ FORMOU.

INTEGRADO POR EIXOS 1º ANO 1º VOLUME 13

4. PINTE, EM CADA BARRA, A QUANTIDADE DE VOTOS QUE CADA BICHO DE ESTIMAÇÃO RECEBEU:



5. ESCREVA O NÚMERO QUE REPRESENTA A QUANTIDADE DE VOTOS QUE CADA PERSONAGEM RECEBEU:



5. QUAL FOI O BICHO DE ESTIMAÇÃO MAIS VOTADO?

• E VOCÊ? EM QUAL ANIMAL DE ESTIMAÇÃO VOTARIA? POR QUÊ?

INTEGRADO POR EIXOS 1º ANO 1º VOLUME 17

Fonte: CORDI, 2012, p. 13 e 17.

No final desta apostila analisada consta uma tabela utilizada para enviar recados aos pais, diário de tarefas que devem ser feitas em casa, bilhete para passeios que a escola esteja organizando, anotações que os alunos queiram fazer e, por último, diversos materiais de apoio que podem ser recortados e manuseados. Estas atividades auxiliam os educandos a reforçar os conteúdos que foram trabalhados em aula.

Tendo em vista o que foi analisado, podemos ressaltar como esses materiais estão vinculados ao campo consumista, gerando na criança o desejo de se satisfazer comprando determinados objetos que são reforçados dentro do contexto educativo.

De acordo com Libâneo (2012, p.16), “No âmbito das análises internas, presume-se uma crise do papel socializador da escola, já que ela concorre com outras instâncias de socialização, como as mídias, o mercado cultural, o consumo e os grupos de referência.”

Percebemos a negligência, por parte das instituições de ensino, sobre a existência desse duelo mercadológico cotidiano. Reafirmando as ideias de Gentili (2010), o campo da educação sofre uma direta influência das necessidades do comércio, que conduz a criança a ter preferências por determinados produtos de caráter comercial, alimentando esse hábito da sociedade de sempre estar no cumprimento do marketing da mídia.

Para romper com essa conjuntura, tão permeada nas instituições públicas, deveriam ocorrer nesses espaços, quanto ao que caberia orientar o corpo docente junto com a equipe de gestão, novos caminhos que favoreçam um ensino com as melhores condições, sendo constituído um ambiente mais apropriado para a construção do conhecimento emancipatório e socializador. Acreditamos que os administradores públicos devam conduzir a escola para esse caráter essencialmente público, tomando decisões que, de fato, contribuam para a idealização de uma escola participativa, reafirmando sua peculiaridade pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto acima, levantamos a hipótese de que o currículo fica vulnerável ao domínio de interesses do mercado, sendo adotados no campo educacional produtos e serviços vindos de iniciativas privadas, com baixa qualidade, que dissimulam propostas dominantes sem fazer o educando se dar conta e ser instigado a pensar criticamente a respeito daquilo que está sendo tratado em sala de aula, além de desconstruir a emancipação que poderia ser ampliada no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Posto isso, identifica-se a tendência da escola em conduzir um esvaziamento do sentido do público, da esfera de política pública.

Efetivamente, é uma forma de recurso prático e pronto para o professor, ele reproduz o que está disposto no livro, não busca desafios e não estuda sua prática cotidiana de constante pesquisador.

A elaboração deste artigo possibilitou que ampliássemos nossa visão de educação

pública e como há um cenário contraditório que deixa o público na corda bamba. Observamos que a escola parece ter relevância quando atende os interesses estritamente privados e não de uma escola pública onde todos possam se relacionar como iguais e desta maneira agirem e não apenas se adequarem naturalmente.

PUBLIC CHARACTER IN TIGHTROPE: A CASE STUDY IN NETWORK EDUCATION TOWN

Abstract

This article aims to study the public space in the municipal education system, in order to assess the implications arising for the management of the curriculum in this system and the use of booklet as content to be taught and learned. Our research task is guided by a case study with the use of content analysis. The documents that integrate and guide the management and the curriculum of a municipal education system will be analyzed. The text discusses the question of public and private character, and how they present themselves in the legal frameworks that make a municipal education system, as well as the consequences for the curriculum management adopting a booklet as a curricular reference. Even provisionally, it is clear that public space is subject to types of ownership by the private character of enterprises, in this case of analysis, the introduction and use of a booklet by the municipal system was found, a policy that will have repercussions on the desired emancipatory social quality announced in the political-pedagogical proposal of the municipal education system.

Key words: Educational policy. System. Curriculum. Public. Private.

CARÁCTER PÚBLICO EN CUERDA FLOJA: UN ESTUDIO DE CASO EN LA RED DE EDUCACIÓN DE LA CIUDAD

Resumen

La elaboración de este artículo tiene como objeto de estudio el espacio público del sistema de educación municipal, con la finalidad de analizar las implicaciones de la gestión del currículo en ese sistema, adopción de material de estudio con contenido que debe ser enseñado y aprendido. Nuestra tarea de investigación se basa en un estudio de caso con empleo del análisis del contenido. Van a ser objetos del análisis documentos que integran y orientan a la gestión y el currículo del sistema de educación municipal. En el texto se discute la cuestión del carácter público y privado, y como esos se presentan en los marcos legales que conforman un sistema de educación municipal, bien como los despliegues para la gestión del currículo hasta la adopción del material como referencia curricular. Aunque sea provisional, es posible afirmar que el espacio público está sujeto a tipos de apropiación por emprendimientos de carácter privado, en el caso del análisis, consta la introducción y adopción de material de estudio por el sistema municipal, política que va a repercutir en la deseada cualidad social emancipadora que fue anunciada en la propuesta político-pedagógica del sistema de educación municipal.

Palabras-clave: Política educacional. Sistema. Currículo. Público. Privado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República do Brasil, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- CORDI, A [et AL.]. **Integrado por eixos: ensino fundamental I: arte e língua inglesa, 1º ano;** Ilustrações FARIAS, A. [et al.]. Curitiba: Positivo, 2012. V. 1: il.
- GADOTTI, Moacir. **Qualidade na Educação: uma nova abordagem.** In: Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem – COEB: Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/1402201316.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2016
- GENTILI, Pablo; SILVA, Tomas Tadeu (org). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.** 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GRUNDY, S. Curriculum, the Falmer Press, 1987.
- LEITE, Carlinda. O lugar da escola e do currículo na construção de uma educação intercultural. In MOREIRA, Antonio Flávio (org.) **Ênfases omissões no currículo.** Campinas, SP: Papirus, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n.1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- _____. **Escola e Democracia.** Coleção Polêmicas dos nossos tempos, 16. ed. São Paulo, 1987.
- SCHMIDT, E. S. **Currículo: uma abordagem conceitual e histórica.** Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 11 (1): 59-69, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT1102201495709.pdf>>. Acesso em: 02 de jul. 2016.
- XAVANTINA. **Proposta Político Pedagógica.** 2010.